

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMINISTRAÇÃO

ICA 12-32

**RESIDENTES EM HOTÉIS DE TRÂNSITO DO
COMAER**

2019

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA



ADMINISTRAÇÃO

ICA 12-32

**RESIDENTES EM HOTÉIS DE TRÂNSITO DO
COMAER**

2019



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇA E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

PORTARIA SEFA Nº 26/AJUR, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019.
Protocolo COMAER nº 68000.003925/2019-64

Aprova a edição da Instrução de Residentes
em Hotéis de Trânsito do COMAER.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Decreto nº 8.909, de 22 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) nº 224, de 23 de novembro de 2016; o ROCA 20-8 "Regulamento da SEFA", aprovado pela Portaria nº 1.409/GC3, de 13 de agosto de 2019; o RICA 20-2 "Regimento Interno da SEFA", aprovado pela Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 16 de agosto de 2019 e considerando o que consta do Processo nº 68001.007375/2019-42, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 12-32 "*Residentes em Hotéis de Trânsito do COMAER*", que com esta baixa.

Art. 2º As demais normas ou publicações expedidas, no âmbito do Comando da Aeronáutica, sobre o tema presente deverão ser revisadas e/ou adequadas ao disposto na presente Instrução.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO

Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 288, de 16 de dezembro de 2019)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>OBJETIVO</u>	7
1.3 <u>ABREVIATURAS E SIGLAS</u>	7
1.4 <u>RESPONSABILIDADE</u>	7
1.5 <u>ÂMBITO</u>	7
1.6 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
2 DISPOSIÇÕES GERAIS	8
2.1 <u>DEFINIÇÃO</u>	8
2.2 <u>HOSPEDAGEM DE RESIDENTE</u>	8
3 DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES	11
4 DISPOSIÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	13
Anexo A – Requerimento para prorrogação do período de hospedagem de residente a Título Excepcional e Precário	14
Anexo B – Permissão para prorrogação do período de hospedagem de residente a Título Excepcional e Precário	15
Anexo C – Classificação dos Hotéis de Trânsito sob gestão do Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica - CEAP, no âmbito do COMAER	16

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estabelecer normas para hospedagem de residentes nos hotéis de trânsito do COMAER.

1.2 OBJETIVO

Padronizar as regras de utilização dos hotéis de trânsito, por hóspede, classificados como residentes, definindo critérios e procedimentos, bem como determinando valores, formas de indenização e prazo de hospedagens.

1.3 ABREVIATURAS E SIGLAS

Tabela 1 - Abreviaturas e Siglas

COMAER	Comando da Aeronáutica
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CEAP	Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica
GAP	Grupamento de Apoio
HT	Hotel de Trânsito
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
NPA	Norma Padrão de Ação
PNR	Próprio Nacional Residencial

1.4 RESPONSABILIDADE

O cumprimento da presente norma é de responsabilidade dos Grupamentos de Apoio (GAP), competindo sua fiscalização ao Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica (CEAP).

1.5 ÂMBITO

Esta normatização tem sua aplicação nos Hotéis de Trânsito, sob gestão do Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica - CEAP, no âmbito do COMAER.

1.6 CONCEITUAÇÃO

Os termos e expressões empregados nesta normatização têm os significados consagrados no “Glossário da Aeronáutica” MCA 10-4, de 30 de janeiro de 2001, e as abreviaturas e siglas no “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica” - MCA 10-3, de 22 de abril de 2003.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 HÓSPEDE RESIDENTE

É todo militar do COMAER e seus dependentes que venham a se hospedar no HT, conforme as condições e prioridades estabelecidas no item 2.2, adiante definido.

2.2 HOSPEDAGEM DE RESIDENTES

2.2.1 Motivos para classificação de hóspedes como residentes, em ordem de prioridade:

- a) transferências;
- b) tratamentos de saúde;
- c) aguardando ocupação de PNR ou de residências na localidade;
- d) cursos de longa duração; e
- e) gratificações por representação.

2.2.2 Não poderão ser classificados como residentes:

- a) militares inativos;
- b) dependentes de militares desacompanhados dos responsáveis; e
- c) militares que estejam recebendo diárias, comissionamento ou ajuda de custo.

2.2.3 Período de hospedagem dos residentes:

- a) a partir de 16 dias de permanência no HT, o hóspede poderá ser classificado como residente;
- b) o período de hospedagem não poderá exceder à 90 (noventa) dias consecutivos;
- c) no caso de a hospedagem atingir o limite de 90 (noventa) dias consecutivos, o militar deverá fazer uma solicitação formal, através de requerimento, para prorrogação do período de hospedagem de residente, à título excepcional e precário, limitado ao período de até 90 dias, acompanhado de despacho de encaminhamento, com parecer do Chefe do GAP, para decisão do Sr. Chefe do CEAP, conforme Anexo A;
- d) a prorrogação do prazo de permanência dos hóspedes como residentes, pelos períodos solicitados, deverá ser autorizada, à título excepcional e precário, consoante as regras estabelecidas nesta norma. A autorização efetiva-se quando da emissão do Termo Excepcional e Precário (TEP), conforme Anexo B; e
- e) a renovação do prazo de prorrogação poderá ser solicitada, respeitando-se o limite máximo de duas vezes, seguindo o mesmo procedimento descrito no item 2.2.3 letras “c” e “d”.

2.2.4 Indenizações de hospedagens por residentes:

- a) a tarifa de hospedagem, a ser praticada para os residentes, nos Hotéis de Trânsito, deverá ser calculada conforme tabela de indenização a seguir:

Tabela 2 – Tarifa mensal de hospedagem para residentes

TARIFA MENSAL*				
Oficial General	Oficial Superior	Oficial Intermediário / Subalterno / Aspirante	Graduado	Dependente
6% do soldo	5,5% do soldo	5,5% do soldo	4,5% do soldo	+ 2% por dependente

- b) o valor será calculado com base no percentual dos soldos. O seu resultado será dividido por 30 e multiplicado pela quantidade de noites pernoitadas, sendo cobradas no mínimo 16 pernoites;
- c) crianças menores de 6 anos de idade estão isentas da taxa de hospedagem;
- d) tabela de tarifas deverá estar disponível, e em local de fácil visualização na recepção do HT;
- e) o pagamento da hospedagem deverá ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio de desconto em folha de pagamento, durante o horário de expediente administrativo do hotel ou por emissão de Guia de Recolhimento à União (GRU);
- f) para implantação em folha de pagamento, dos descontos autorizados, será exigida anuência do consignante, formalizada por meio de documento apropriado, assinado pelo consignante; e
- g) os atrasos nos pagamentos das hospedagens acarretarão na solicitação da desocupação dos apartamentos, sem direito ao retorno dos hóspedes como residentes.

2.2.5 Reservas de hospedagem para residentes:

- a) a solicitação de reserva deverá ser realizada através da página da Intraer do GAP, citando o motivo da hospedagem;
- b) a reserva ficará automaticamente cancelada se o hóspede não fizer “checkin”, no primeiro dia previsto;
- c) a reserva deverá ser solicitada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência; e
- d) a utilização dos hotéis de trânsito, por militares como residentes, com ou sem dependentes, dependerá das disponibilidades de apartamentos e será submetida à apreciação dos Chefes dos GAP.

2.2.6 Quantidade limite de residentes hospedados:

- a) a quantidade de residentes hospedados não poderá exceder o limite definido por tipo de HT, conforme classificação detalhada abaixo:

Tabela 3 – Quantidade limite de residentes hospedados

TIPO	LIMITE PARA QUANTIDADE MENSAL DE RESIDENTES
A	Até 15% do quantitativo de leitos
B	Até 20% do quantitativo de leitos
C	Até 25% do quantitativo de leitos

- b) a classificação dos Hotéis de Trânsito – Referência 2018/2019, conforme Anexo C.

2.2.7 Acomodação por apartamento:

- a) oficiais subalternos, no máximo 3 (três) por apartamento;
- b) oficiais intermediários e oficiais superiores, no máximo 2 (dois) por apartamento;
- c) oficiais gerais, 1 (um) por apartamento; e
- d) a hospedagem dos residentes pressupõe a ocupação de um único leito e respectivo armário e não a ocupação de um apartamento inteiro, exceto nas situações de hospedagem com dependentes.

3 DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- 3.1** Independentemente da quantidade de dependentes, só será permitida a utilização de um apartamento por família;
- 3.2** Não será permitida a hospedagem de empregadas domésticas, em razão de não serem consideradas dependentes do militar;
- 3.3** Será proibido a hospedagem e a permanência de animais no interior dos hotéis;
- 3.4** As hospedagens de militares e civis, em trânsito, por motivos de saúde, serão consideradas à serviço;
- 3.5** Os quartos ocupados por residentes poderão, caso necessário, serem utilizados por hóspedes em trânsito;
- 3.6** Os hóspedes serão responsabilizados por eventuais danos causados ao patrimônio dos hotéis de trânsito;
- 3.7** Além do previsto nesta normatização, as normas específicas dos hotéis de trânsito deverão ser observadas e respeitadas.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

4.2 Os casos não previstos ou omissos, não tratados ou não englobados nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Sr. Chefe do CEAP, para solução e divulgação;

4.3 Ficam revogadas as normas anteriores editadas a esta que versem sobre os procedimentos de hospedagem, de residentes nos Hotéis de Trânsito do COMAER, sob gestão do CEAP.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: NSCA - 5-1. [Brasília-DF], 2011.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Regulamento de Administração da Aeronáutica: RCA 12-1. [Brasília-DF], 2019.

Anexo A – Requerimento para prorrogação do período de hospedagem de residente a Título Excepcional e Precário

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

**REQUERIMENTO PARA PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE HOSPEDAGEM DE
RESIDENTE À TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO**

Do (Posto/Graduação e nome completo do permissionário) Ao (Sr Chefe do Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica _____)

Assunto: Prorrogação de hospedagem de residente a título excepcional e precário.

1. (Posto/Graduação/Nome), em razão de _____ (expor o motivo), requer ao Sr. autorização para prorrogação do período de hospedagem de residente no Hotel de Trânsito do _____ (citar o GAP apoiador do HT), a Título Excepcional e Precário, pelo período de _____ (inserir o período), aceitando, desde agora, nos termos da norma XXX, aprovada pela Portaria nº ____/____, de _____, as condições e limitações estipuladas pela Administração, incluindo a fixação do período dessa permissão, bem como a do valor de pagamento pela ocupação, valor este que autorizo seja descontado de minha remuneração ou proventos mensais.

2. Pelo presente, afirmo que estou ciente de que serei considerado como ocupante irregular, caso não desocupe o apartamento do referido hotel de trânsito, após o prazo concedido, e estarei sujeito à cobrança de multa equivalente a dez vezes o valor da tarifa de ocupação mensal, a cada trinta dias de retenção do apartamento.

3. Caso seja autorizada a presente solicitação, assumo o compromisso formal de desocupar o apartamento, que me será concedido, à título excepcional e precário, no prazo estipulado.

É a primeira vez que requer.

....., dede 20.....

Residente

Anexo B – Permissão para prorrogação do período de hospedagem de residente a Título Excepcional e Precário

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

TERMO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO Nº

**PERMISSÃO PARA PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE HOSPEDAGEM DE
RESIDENTE À TÍTULO EXCEPCIONAL E PRECÁRIO**

1 O Sr Chefe do Centro de Apoio da Aeronáutica _____, diante da permissão para prorrogação do período de hospedagem de residente no hotel de trânsito do _____ (citar o GAP apoiador do HT), a Título Excepcional e Precário, autoriza a ocupação do(da) residente _____ e seus dependentes, por _____ dias, durante o período concessivo previsto, até _____, nas condições da referida norma.

2 A ocupação do apartamento no período concessivo não gerará, quaisquer outros direitos e obrigações do(a) residente e seus dependentes, se desocuparem completamente o referido apartamento até a data autorizada.

3 A indenização a ser aplicada, pela ocupação do imóvel no período concessivo, equivale ao valor estabelecido no item 2 da referida norma, a qual será descontada da remuneração do militar residente ou efetuado pagamento através de GRU.

4 Caso não haja a desocupação do apartamento supracitado, no prazo concedido, o residente será considerado “ocupante irregular” e estará sujeito à aplicação da multa equivalente a dez vezes o valor da taxa mensal de hospedagem, a cada trinta dias de retenção do apartamento.

5 Com base no que consta no Despacho nº _____, NUP XXXXXX/20XX-XX

6 É a primeira _____ vez que requer.

..... de de 20. . _____

Chefe do CEAP

Declaro que estou ciente e plenamente de acordo com as regras estipuladas neste Termo e com as condições de utilização do imóvel do qual recebo permissão excepcional e precária de ocupação, inclusive quanto à aplicação da multa prevista no seu item 4. Autorizo os descontos em folha de pagamento, os quais forem oriundos da aplicação da ICA 12-20, de XX de XXXX de 2019.

..... de de 20. . _____

Residente

Obs.: Este modelo caberá ao militar incluso em folha de pagamento do COMAER.

Anexo C – Classificação dos Hotéis de Trânsito sob gestão do Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica - CEAP, no âmbito do COMAER

REFERÊNCIA 2018/2019

TIPO A

GAP-AF
GAP-GL
GAP-DF
GAP-LS (CIAAR)
GAP-NT
GAP-SP (PAMA)
GAP-SJ
GAP-YS

TIPO B

BAFL
BAFZ
GAP-SC
GAP-AN
GAP-BE
GAP-CG
GAP-CO
GAP-AK
GAP-CT
GAP-LS (PAMA)
GAP-MN
GAP-SP
GAP-SP (BASP)
GAP-PV
GAP-RF
GAP-SM

TIPO C

BASV
GAP-BQ
GAP-BV
GAP-GW
GAP-SP (BAST)